

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coeteno Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A ameaça à recuperação está aqui dentro mesmo

A decisão do presidente do Eximbank dos Estados Unidos, John A. Bohn Jr., de restabelecer os créditos de médio e longo prazos ao Brasil é duplamente auspiciosa. Primeiro, porque ela representa o reconhecimento pelo governo dos EUA de que o Brasil deu todos os passos necessários à normalização de suas relações com a comunidade financeira internacional. Segundo, pelo fato de mostrar a miopia dos políticos que, na semana passada, aproveitando-se da ausência do ministro Mafíson da Nóbrega, que se encontrava no Japão, procuraram lançar nuvens de dúvida sobre o acordo do Brasil com os bancos credores.

Merece destaque também o gesto do governo norte-americano, que reabre os financiamentos do Eximbank ao Brasil antes mesmo das negociações do governo com o Clube de Paris, marcadas para o próximo dia 28. É evidente que eventuais pedidos feitos por exportadores norte-americanos para vender a compradores brasileiros somente serão aprovados pela diretoria do Eximbank após a renegociação com as instituições de crédito oficiais dos países do Clube de Paris, mas desde já as exportações financiadas para o mercado brasileiro estão sendo processadas normalmente.

Segundo o presidente do Eximbank, "a nova política econômica do governo brasileiro, tanto para os ajustes internos de redução do seu déficit público, como na reorganização de suas relações com as instituições credoras internacionais", é encorajadora e a normalização do fluxo de financiamentos para o Brasil "é a maneira de o governo norte-americano cooperar com a implementação da nova política econômica de Brasília". Vê-se claramente, portanto, que aquilo que a oposição burra ao ministro da Fazenda chama de "vinculação" dos desembolsos dos bancos aos compromissos entre o País, o Banco Mundial e o Clube de Paris, não é nada mais do que um esforço cooperado de instituições privadas, governamentais e multilaterais para nos ajudar a sair do inferno econômico peemedebista.

Isso significa que essas instituições, como esclareceu oportunamente o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, também são responsáveis pelo bom funcionamento do acordo de reescalonamento da dívida brasileira. Para nós que acompanhamos todo o longo processo de negociação com os bancos privados, esse esclarecimento do diretor do BC só confirma aquilo que temos dito várias vezes: o acordo com os bancos não deve ser visto apenas em termos das vantagens ou desvantagens que o País conseguiu ou dos US\$ 5,2 bilhões de novos recursos obtidos. A importância desse compromisso se deve, sobretudo, às muitas portas que ele vai abrir para o Brasil.

A recepção calorosa que autoridades e homens de empresa japoneses deram ao ministro da Fazenda na semana passada, a aprovação do empréstimo stand by no valor de US\$ 1,44 bilhão pelo FMI até o final deste mês, a perspectiva de reescalonamento da dívida brasileira pelos países do Clube de Paris e a possibilidade de obtenção de um empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões dos países industrializados por meio do Banco de Compensações Internacionais (BIS) são apenas alguns exemplos da velocidade com que se vai normalizando o crédito brasileiro, que fora arruinado pela moratória peemedebista.

Naturalmente, essa normalização também está exigindo considerável esforço por parte do País, que vai utilizar US\$ 1,3 bilhão de suas reservas externas para pagar os juros referentes aos meses de junho, julho e agosto. O total de juros desses três meses é de US\$ 1,8 bilhão (a diferença será coberta pelo empréstimo-ponte em negociação com o BIS). De acordo com informações do diretor da Dívida Externa do BC o pagamento de juros entre outubro de 1987 e maio de 1988 já exigiu a retirada de US\$ 2,89 bilhões das reservas internacionais, que foram recuperados em parte pela abertura de linhas adicionais de curto prazo no valor de US\$ 300 milhões. Ainda para o pagamento de juros foram utilizados US\$ 955,1 milhões do acordo interino com os bancos firmado em novembro do ano passado.

O Brasil se comprometeu a pagar aos bancos privados, segundo o term sheet assinado, US\$ 1,7 bilhão entre 1991 e 1993, correspondentes a 5% do valor do principal da dívida que vence em 1991, 10% em 1992 e 15% em 1993. Esta será a primeira retomada de pagamentos do principal que vai ocorrer depois de 1982, quando o País suspendeu as amortizações, em função da dificuldade de obter novos recursos.

O fato de o term sheet estabelecer vínculos entre o desembolso dos recursos pelos bancos privados e o cumprimento de programas financiados pelo Bird, além da existência de um acordo para o reescalonamento dos débitos junto às instituições oficiais dos países do Clube de Paris, não preocupa o ministro Mafíson da Nóbrega, em virtude do que ele chama de "flexibilidade embutida nessas condições". Neste ano de 1988 os recursos novos virão dos bancos e, em 1989, eles serão fornecidos pelas agências multilaterais e pelas instituições de crédito oficiais.

Mas, apesar de as coisas estarem muito bem no front externo, internamente existem sérios motivos de preocupação, pois há sinais cada vez mais claros de que a inflação de julho deverá ser superior à do mês passado e ultrapassar a barreira dos 20%. Essa evolução do processo inflacionário demonstra que a política de austeridade do ministro da Fazenda, que tão boa impressão está causando aos nossos maiores parceiros comerciais (que não medem esforços para incentivá-la), já está encontrando os seus limites, uma vez que, dadas as condições políticas adversas, não pôde ir muito além de expedientes paliativos. Os sinais claros que o mercado financeiro tem dado nos últimos dias confirmam que, a menos que se parta para medidas mais drásticas de corte de funcionários e despesas ociosas; de privatização ou fechamento das empresas estatais cronicamente deficitárias; de controle rígido dos gastos do go-

verno em suas várias instâncias, especialmente nestas vésperas de eleições, a equipe econômica do governo central muito pouco terá a fazer para conter um incêndio que continua latente. A verdade é que as fontes da nossa inflação continuam praticamente intactas e que estamos longe de conseguir afastar de cena aqueles que têm o poder de multiplicá-las. Ao contrário, a perspectiva mais do que concreta é a de que, com a promulgação desta piada a que o multipresidente Ulysses Guimarães chama de "Constituição dos Miseráveis", se vá lançar combustível nesta fogueira que os ministros econômicos tentam desesperadamente apagar.

Então estaremos, mais uma vez, recusando a mão que o mundo desenvolvido nos oferece para ajudar-nos a sair do buraco em que nos metemos, para mergulharmos ainda mais fundo na desesperança e no subdesenvolvimento.